



CÂMARA MUNICIPAL DE
ANCHIETA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
ASSESSORIA DE MESA E COMISSÕES

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 41/2025
COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Às dezesseis horas do dia dez de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Anchieta, reuniram-se os membros das Comissões Permanentes, sob a presidência do Vereador João Orlando – Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e Relator da Comissão de Finanças e Orçamento e com a presença dos Vereadores: Wallace Miranda – Membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Silvinho – Relator da Comissão de Infraestrutura e Serviços Públicos e Relator da Comissão de Direitos Difusos e Coletivos; Tereza Mezadri – Presidente da Comissão de Direitos Difusos e Coletivos e Membro da Comissão de Ética e Adison Quinteiro – Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, Relator da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Relator da Comissão de Ética, além da Procuradora Adjunta, Dra. Monika Lorencetti Savignon, para uma reunião conjunta de apresentação do plano de funcionamento do MEPES e informações sobre repasses da municipalidade, por meio da Secretaria Municipal de Saúde. O objetivo da reunião era: apresentação detalhada do plano de funcionamento do MEPES no município de Anchieta e esclarecimentos sobre os repasses financeiros efetuados pela municipalidade, por meio da Secretaria Municipal de Saúde à instituição, incluindo critérios, valores, periodicidade e finalidade dos recursos. A Comissão entende ser essencial esse diálogo institucional para garantir transparência, fortalecer o controle social e assegurar que as políticas públicas executadas atendam de forma eficiente às demandas da comunidade. Também estiveram presentes à reunião a Sra. Barbara Semoni, Diretora Administrativa do Hospital Padre Humberto – MEPES, o Sr. Darci Schaefer, Presidente do MEPES, Sra. Betina Vidigal Campbell, Diretora Financeira do Hospital Padre Humberto – MEPES, Sras. Sandra Carriço e



CÂMARA MUNICIPAL DE **ANCHIETA** ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Candida Paulini Costa, Gerentes Operacionais de Média e Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Saúde, bem como, assessores de vereadores e membros da sociedade civil. Aberta a reunião, a vereadora Tereza perguntou como está a situação referente ao débito pelo fornecimento de água com a Cesan. A servidora esclareceu que, quanto à situação da água do Hospital Padre Humberto, o despacho proferido pelo juiz determinou apenas que os advogados da Cesan procedessem à retificação dos cálculos apresentados, excluindo multas e juros aplicados ao débito. Assim, não houve decisão que anulasse a cobrança: a dívida referente ao fornecimento de água existe, permanece válida e pode ser executada a qualquer momento, conforme os trâmites legais. Destacou ainda que, com a revisão dos cálculos, foi possível abater parte do valor inicialmente apresentado, reduzindo parcialmente o montante devido. Contudo, mesmo com esse abatimento, o débito não foi integralmente quitado e continua pendente. Por fim, informou que, a partir de 2019, o Hospital Padre Humberto retomou o pagamento regular das contas mensais de água, mantendo em dia o consumo corrente, embora ainda exista a pendência referente ao período anterior. A vereadora Tereza também perguntou a respeito dos atestados de saúde apresentados por enfermeiros e demais servidores do hospital, se eles implicam no corte do ticket alimentação dos funcionários. A representante do Hospital explicou que os enfermeiros, técnicos e demais profissionais da área de enfermagem são filiados ao respectivo sindicato da categoria e, portanto, são regidos integralmente pela convenção coletiva de trabalho. Ressaltou que o Hospital cumpre rigorosamente todas as disposições convencionadas, garantindo que qualquer procedimento adotado esteja em total conformidade com as normas pactuadas. Destacou também que o sindicato é bastante participativo, mantendo diálogo constante com a direção, de modo que nenhuma medida relacionada à rotina de trabalho dos profissionais é implementada sem o devido respaldo sindical. Quanto à avaliação recente dos pontos e controles de frequência, foi explicado que essa revisão se fez necessária porque a quantidade de atestados médicos apresentados era muito elevada. Em diversos casos, constatou-se que alguns servidores apresentavam atestado ao Hospital, mas, no mesmo período, realizavam plantão em outra instituição, o que gerava impacto significativo na folha de pagamento,



CÂMARA MUNICIPAL DE **ANCHIETA** ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ampliando custos e comprometendo a organização interna. Diante dessa situação, o Hospital buscou aprimorar seus mecanismos de controle, sempre dentro do que é permitido pela convenção coletiva e em diálogo com o sindicato. A procuradora da Câmara, Dra. Monika, solicitou que a convenção coletiva da categoria fosse formalmente encaminhada ao Legislativo, para que o vereador disponha de todas as informações necessárias e do devido respaldo jurídico ao dialogar com a população sobre o tema, assegurando clareza, precisão e fundamento nas orientações prestadas. O vereador João Orlando destacou a necessidade de se buscar um método mais eficaz para responsabilizar aqueles que apresentam falso testemunho, especialmente por meio de atestados médicos falsos. Segundo ele, essa prática prejudica diretamente os profissionais que realmente necessitam apresentar atestados legítimos, fazendo com que muitos acabem sendo penalizados pelo comportamento inadequado de alguns. O vereador lembrou que o MEPES é, antes de tudo, uma família — a família Mepiana — pautada pela confiança e pelo compromisso coletivo. Por isso, sugeriu que o atual método de punição fosse reavaliado, de forma a garantir justiça, preservar a boa-fé dos colaboradores e manter a harmonia dentro da instituição. A funcionária do Hospital informou que uma cartilha está em fase de elaboração e deverá ser distribuída em breve aos profissionais. O material trará orientações claras sobre a convenção coletiva vigente e sobre os procedimentos adequados para a apresentação de atestados médicos, garantindo que todos tenham acesso às regras de forma transparente e padronizada. Ela ressaltou que toda regra possui suas exceções e que, por isso, estão sendo realizados estudos para aperfeiçoar esses procedimentos a partir de 2026. Entre as medidas em análise, está a implementação dos abonos de falta previstos para cada servidor, que corresponderão a dois dias por ano, conforme proposto. A vereadora Tereza questionou sobre como o Hospital pretende solucionar a falta de médicos pediatras, em atendimento 24 horas por dia, no Pronto Socorro Infantil recém-implantado, considerando a importância desse serviço contínuo para garantir o atendimento adequado às crianças. A servidora do Hospital esclareceu que, conforme estabelecido no contrato firmado para a implantação do Pronto Socorro Infantil, os atendimentos podem ser realizados não apenas por médicos pediatras, mas também por profissionais que possuam Registro de Qualificação de Especialista (RQE)



CÂMARA MUNICIPAL DE **ANCHIETA** ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ou pós-graduação em pediatria. Explicou que é assegurada a presença de um médico pediatra para compor a equipe, porém o segundo profissional escalado pode ser um clínico geral com especialização ou pós-graduação na área pediátrica, atendendo plenamente às exigências técnicas do serviço. Ela acrescentou ainda, que muitos pacientes acabam optando por atendimento particular, o que também influencia na dinâmica e na demanda do pronto socorro, especialmente nos horários de maior fluxo. A representante da Secretaria de Saúde afirmou que é fundamental que o Hospital acolha profissionais com especializações e pós-graduações na área pediátrica, considerando que os programas de residência médica são altamente concorridos e nem sempre formam especialistas em número suficiente para atender a toda a demanda regional. Destacou que, mesmo diante desse cenário, o Hospital mantém especialistas de plantão de forma contínua, garantindo segurança, respaldo técnico e qualidade no atendimento às crianças e às famílias que buscam o Pronto Socorro Infantil. O vereador Adison Quinteiro destacou que, enquanto o Hospital não contar com número suficiente de profissionais para atender plenamente à população, ele continuará cobrando providências e esclarecimentos. Ressaltou que o que foi estabelecido é que o Hospital deveria manter equipe adequada para suprir todas as demandas, garantindo um atendimento eficiente e contínuo. O vereador lembrou ainda que a população costuma procurar diretamente os parlamentares para relatar dificuldades e solicitar soluções, motivo pelo qual precisam estar sempre bem-informados sobre a real situação do atendimento, a fim de dar respostas responsáveis e cobrar melhorias quando necessário. O vereador Silvinho destacou que, conforme divulgado inicialmente, a população foi informada de que o atendimento no Pronto Socorro Infantil seria realizado por médicos pediatras, e é exatamente isso que as famílias esperam e cobram. Ele afirmou que muitos munícipes desconhecem que, de acordo com o contrato firmado, o atendimento também poderá ser feito por profissionais com RQE ou pós-graduação em pediatria. Diante dessa diferença entre a divulgação e o que está formalizado no contrato, o vereador ressaltou que a população precisa ser mais bem esclarecida, garantindo transparência e evitando expectativas que não correspondam ao modelo efetivamente implantado pelo Hospital. A funcionária da Secretaria de Saúde informou que novas modificações estão



CÂMARA MUNICIPAL DE **ANCHIETA** ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

sendo implementadas no contrato com o Hospital, incluindo a criação de uma comissão fiscalizadora, responsável por acompanhar e avaliar continuamente o cumprimento das cláusulas pactuadas. Explicou que, apesar das atualizações, os valores pagos aos profissionais permanecem equivalentes aos praticados pelo HIFA. Ressaltou ainda, que o contrato assegura a oferta de pediatria 24 horas, conforme compromisso assumido, e que o segundo médico da escala diária pode ser um clínico geral, desde que devidamente habilitado para atuar no atendimento pediátrico. O vereador Adison Quinteiro afirmou que ainda não compreendeu totalmente a situação apresentada e manifestou o desejo de ter acesso ao contrato para analisá-lo detalhadamente. Destacou que os vereadores são constantemente cobrados pela população e, por isso, continuará exercendo seu papel de fiscalizar, a fim de prestar esclarecimentos corretos e responsáveis aos munícipes. Reforçou que tudo aquilo que está previsto no contrato precisa ser cumprido integralmente, garantindo que o serviço oferecido corresponda ao que foi acordado e ao que a população espera receber. O vereador João Orlando afirmou que o MEPES é uma instituição apartidária, porém tem observado que alguns funcionários têm feito críticas ao poder público e à administração municipal, o que considera inadequado e injusto, especialmente porque a instituição é mantida, em grande parte, com recursos públicos. Diante disso, questionou quais medidas a instituição tem adotado para coibir esse tipo de prática, ressaltando que é fundamental preservar a imparcialidade e o respeito institucional, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados com responsabilidade e que a relação com o município se mantenha pautada pela ética e pela colaboração. Segundo o diretor do MEPES, a instituição é, de fato, apartidária e mantém esse princípio como base de sua atuação. Ele destacou, entretanto, que é necessário diferenciar a rede social pessoal de cada funcionário da rede oficial da instituição, uma vez que opiniões individuais não representam, em hipótese alguma, o posicionamento do MEPES. Reforçou que a instituição não faz política para nenhum lado, mantendo-se neutra e focada exclusivamente em sua missão social, sem favorecer ou prejudicar qualquer grupo ou gestão pública. A vereadora Tereza questionou a situação de uma parede visivelmente mofada na área da pediatria do Hospital. Ela ressaltou a preocupação com as condições do ambiente, especialmente por se tratar de um setor que atende crianças, e



CÂMARA MUNICIPAL DE **ANCHIETA** ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

pediu esclarecimentos sobre as providências que estão sendo adotadas para solucionar o problema e garantir a segurança e o bem-estar dos pacientes e profissionais. A funcionária do Hospital explicou que a parede mofada é resultado de uma infiltração existente no telhado da unidade. Informou que a instituição tem realizado serviços paliativos para minimizar os efeitos do problema e garantir a segurança dos pacientes. Quando a demanda de atendimentos permite, as crianças são remanejadas para outra ala, evitando que permaneçam no local afetado. Ela acrescentou que uma reforma completa do telhado já está prevista para o segundo bimestre do próximo ano, o que deverá solucionar definitivamente a infiltração e, consequentemente, o problema do mofo na pediatria. A vereadora Tereza questionou por qual motivo as cirurgias de vesícula por vídeo não são custeadas pelo SUS no Hospital de Anchieta, sendo autorizadas apenas na modalidade de cirurgia aberta. Ela destacou que a população tem buscado informações sobre o tema e quer entender por que o SUS não arca com o procedimento por vídeo — técnica menos invasiva e com recuperação mais rápida — e solicitou esclarecimentos sobre as razões dessa limitação e se há previsão de mudança nesse cenário. A servidora do Hospital explicou que, pela primeira vez, a instituição passará a receber recursos provenientes de emendas impositivas da Câmara Municipal, o que representa um avanço importante no apoio financeiro ao serviço de saúde local. Ressaltou, porém, que os demais recursos que o Hospital recebe são federais, e, por esse motivo, a contratação e a oferta de serviços devem seguir estritamente as normas e limitações do sistema federal de saúde. Esclareceu que, para que o Hospital possa realizar cirurgias de vesícula por vídeo, através do SUS, seria necessário regionalizar o serviço, ou seja, formalizar e incluir esse procedimento dentro da programação e habilitação regional. Sem essa habilitação, o SUS só autoriza o procedimento na modalidade tradicional (cirurgia aberta). Por fim, destacou que o Hospital reconhece que a cirurgia por vídeo é mais moderna, menos invasiva e, inclusive, tende a gerar um custo menor para o sistema como um todo, motivo pelo qual a instituição entende a demanda e mantém diálogo para buscar avanços futuros. A servidora da Secretaria de Saúde explicou que, quando determinado serviço está disponível em uma região, é porque ele já foi direcionado e habilitado previamente pelos órgãos responsáveis. Informou que o Estado realiza o



CÂMARA MUNICIPAL DE **ANCHIETA** ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

cálculo e a definição desses serviços com base em diversos critérios, como a fila existente, a demanda regional e a quantidade de médicos capacitados para operar os equipamentos necessários. Ressaltou ainda que, na área da saúde, nada é impossível: tudo pode ser reavaliado e ampliado, desde que haja estudos técnicos que comprovem a necessidade e a viabilidade do serviço. Dessa forma, afirmou que é preciso realizar uma análise detalhada da demanda local para que novas habilitações possam ser solicitadas futuramente. A vereadora Tereza perguntou se as contas do hospital têm fechado no azul. A funcionária do Hospital explicou que as contas da instituição vêm sendo administradas rigorosamente dentro das regras estabelecidas pela convenção e pelos parâmetros de gestão definidos para o período. Destacou que, entre as adequações realizadas, o Hospital conta atualmente com os serviços de dois farmacêuticos e que os custos para manter esses profissionais estão dentro do planejamento financeiro projetado para 2026, assegurando que a instituição continue funcionando de forma sustentável e alinhada às exigências legais e técnicas do setor. A vereadora Tereza afirmou que, em sua avaliação, o Hospital de Anchieta não necessita de dois farmacêuticos, considerando que essa estrutura representa um custo elevado e que a instituição precisa buscar formas de reduzir despesas sem comprometer o atendimento. Ela lembrou que a Prefeitura atualmente compra 22 leitos por mês, pagando R\$ 10 mil por cada um deles, o que representa um investimento significativo. No entanto, segundo destacou, muitos pacientes acabam recebendo tratamento paliativo, o que reforça sua preocupação quanto à eficiência da aplicação dos recursos e à necessidade de revisar determinados custos operacionais do Hospital. A vereadora Tereza questionou a atual estrutura do serviço de segurança no Hospital, citando o grave episódio em que uma funcionária da portaria teria sido esfaqueada durante o exercício de suas funções. Ela expressou preocupação com a vulnerabilidade dos profissionais e com a falta de mecanismos eficazes de proteção, destacando que situações como essa não podem se repetir. Solicitou esclarecimentos sobre as medidas que estão sendo adotadas para reforçar a segurança e garantir um ambiente de trabalho mais seguro para todos. A funcionária do Hospital explicou que, inicialmente, foi proposta a realização de um rateio da despesa com segurança, considerando que se trata de um serviço de alto custo. Informou,



CÂMARA MUNICIPAL DE **ANCHIETA** ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

porém, que o Hospital atualmente não dispõe de recursos orçamentários suficientes para assumir integralmente essa despesa, embora reconheça que a medida seja necessária e urgente. Ela destacou que ajustes já estão sendo programados para 2026, e a inclusão do serviço de segurança já integra o planejamento estratégico da instituição. A ideia é iniciar a implantação com segurança no período noturno, quando a vulnerabilidade é maior. A funcionária lembrou ainda que a Guarda Civil Municipal tem realizado rondas frequentes nas proximidades do Hospital, o que contribui para aumentar a proteção até que a nova estrutura de segurança possa ser implementada. A vereadora Tereza perguntou se ainda existem servidores aposentados atuando no Hospital, manifestando interesse em compreender como está sendo conduzida essa situação e se há algum tipo de adequação prevista quanto ao quadro de pessoal. Segundo a servidora do Hospital, mais de seis aposentados ainda continuam atuando na instituição. Ela explicou que todos estão inseridos em uma programação interna, que inclui, inclusive, a perspectiva de um plano de demissão voluntária (PDV). Informou que o Hospital já apresentou algumas propostas nesse sentido, porém elas não foram aceitas pelos profissionais até o momento. A servidora acrescentou que um dos fatores que dificultam o avanço desse processo é o alto valor das rescisões, o que exige um planejamento financeiro cuidadoso por parte da instituição. O vereador João Orlando sugeriu que o Hospital mantivesse e ampliasse parcerias com o poder público, de modo a fortalecer o apoio à instituição. Propôs que, durante a realização de eventos municipais como jogos, torneios e outras atividades esportivas ou comunitárias, fosse incentivada a colaboração da população com a doação de um quilo de alimento não perecível. Segundo o vereador, essa iniciativa simples poderia contribuir significativamente para reduzir os custos operacionais do Hospital, além de envolver a comunidade no apoio à saúde local. A vereadora Tereza questionou o atual sistema de disponibilização de vagas nos hospitais, afirmando que ele não está sendo alimentado da forma adequada. Segundo explicou, essa dificuldade ocorre porque todos os dias há um médico diferente avaliando os pacientes, o que compromete a continuidade das informações inseridas no sistema e pode prejudicar a regulação das vagas. Ela também relembrou o período em que o Hospital atuava fortemente com filantropia, destacando que, naquela época, as pessoas tinham prazer e



CÂMARA MUNICIPAL DE **ANCHIETA** ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

disposição em ajudar a instituição. Para a vereadora, esse espírito de colaboração precisa ser retomado, pois sempre fez parte da identidade e da história do Hospital. O vereador Wallace Miranda afirmou que, caso essa reunião tivesse ocorrido há um mês, todos os vereadores teriam destinado parte de suas emendas impositivas para o Hospital. Segundo ele, se as informações apresentadas tivessem sido compartilhadas anteriormente, certamente teriam orientado melhor a definição das prioridades na destinação dos recursos. A servidora da Secretaria de Saúde explicou que, naquela época em que o Hospital atuava fortemente na filantropia, isso ocorria porque muitos dos recursos destinados à instituição chegavam com atraso, o que acabava sendo suprido pelo apoio da comunidade e pelo trabalho voluntário. Ela destacou que, atualmente, as questões políticas também precisam ser consideradas na gestão dos recursos e na organização dos serviços, mas afirmou que o Hospital continua sendo filantrópico e não pode perder essa característica, que faz parte de sua identidade e de sua missão institucional. Concluiu dizendo que a ideia de resgatar esse espírito de colaboração é excelente e totalmente alinhada ao propósito da instituição. O vereador João Orlando pediu que o Hospital adotasse um tratamento mais humanizado no atendimento aos pacientes, reforçando a importância de seguir protocolos voltados ao cuidado humano, à escuta sensível e ao acolhimento. Ele destacou que a forma como o paciente é tratado faz toda a diferença na experiência e na confiança depositada na instituição. O vereador também colocou a Câmara Municipal à disposição para o diálogo e para colaborar com o que for necessário, reafirmando o compromisso dos parlamentares em apoiar o Hospital e contribuir para a melhoria contínua dos serviços prestados à população. O presidente do MEPES aproveitou a oportunidade para convidar todos os membros da Casa a participarem do curso de Gestão em Saúde, que será oferecido pela instituição no município de Piúma, no próximo dia 17. Ele destacou a readequação do MEPES e a importância da capacitação para ampliar o entendimento sobre a administração dos serviços de saúde e fortalecer o diálogo entre o Hospital e o Poder Legislativo. Segundo a servidora do Hospital, o atendimento humanizado é uma das principais exigências da instituição e um ponto constantemente reforçado junto às equipes. Ela afirmou que os funcionários são regularmente preparados,



CÂMARA MUNICIPAL DE **ANCHIETA** ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

orientados e cobrados para oferecer um acolhimento respeitoso e sensível a todos os pacientes. No entanto, reconheceu que, apesar dos esforços, existem situações que fogem ao controle, seja pela complexidade dos casos, pelo volume de demanda ou por fatores externos que influenciam o atendimento. Mesmo assim, reforçou que a instituição segue comprometida em aprimorar continuamente suas práticas humanizadas. O vereador João Orlando manifestou sua indignação diante da atitude tomada pela Secretária Municipal de Educação em relação aos funcionários que atuavam na creche mantida pelo MEPES, recentemente fechada. Segundo o vereador, além de encerrar as atividades da unidade, a secretária estaria também extinguindo os vínculos dos profissionais que lá trabalhavam, desconsiderando totalmente o impacto dessa decisão sobre as famílias afetadas. O vereador João Orlando classificou a medida como desumana, afirmando que a secretária demonstrou pouco cuidado e sensibilidade com os trabalhadores que dedicaram anos de serviço à instituição. O vereador ressaltou a necessidade de respeito e responsabilidade social na gestão pública, especialmente quando decisões administrativas afetam diretamente a subsistência de diversas famílias. Por fim, informou que iria conversar pessoalmente com o prefeito para buscar esclarecimentos e alternativas, reforçando seu compromisso com a defesa dos servidores e com a busca de soluções mais humanas e justas para a situação. Antes do encerramento da reunião a servidora da secretaria municipal de saúde sugeriu que a Câmara Municipal realizasse uma visita institucional ao MEPES, com o objetivo de promover um diálogo direto com a Dra. Arselma, médica pediatra responsável pelo Pronto Atendimento Infantil. Segundo a servidora, a profissional está plenamente preparada para esclarecer todas as dúvidas dos parlamentares sobre o funcionamento do programa, seu fluxo de atendimento e os protocolos adotados pela equipe. Ela destacou que a presença dos vereadores no local permitirá uma compreensão mais ampla e precisa da rotina do serviço, contribuindo para um debate mais embasado e para o fortalecimento das ações voltadas à saúde infantil no município. Encerrando a reunião, o vereador João Orlando agradeceu a presença de todos os participantes, ressaltando a relevância do encontro para o fortalecimento das políticas públicas no município. Colocou a Câmara Municipal inteiramente à disposição da instituição, reafirmando o



CÂMARA MUNICIPAL DE
ANCHIETA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

compromisso do Legislativo em apoiar iniciativas que contribuam para o aprimoramento dos serviços prestados à comunidade. O vereador destacou ainda a importância do diálogo entre os poderes públicos, as entidades e a sociedade civil, enfatizando que a construção de soluções conjuntas é fundamental para garantir o bem-estar da população anchietense. Finalizou reafirmando que a Câmara seguirá aberta ao debate e pronta para colaborar em tudo o que for necessário para o desenvolvimento do município. E nada mais havendo a se tratar, declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, **Fabíola S. Costa**, servidora efetiva deste Poder Legislativo, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada, juntamente com o Sr. Presidente demais presentes na reunião.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2025.

VEREADOR JOÃO ORLANDO

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e
Redação Final Relator da Comissão de Finanças e
Orçamento

WALLACE MIRANDA

Membro da Comissão de Direitos Humanos e
Minorias e Presidente da Comissão de
Desenvolvimento Econômico

SILVINHO

Relator da Comissão de Infraestrutura e Serviços
Públicos e Relator da Comissão de Direitos Difusos e
Coletivos

TEREZA MEZADRI

Presidente da Comissão de Direitos Difusos e
Coletivos e Membro da Comissão de Ética



CÂMARA MUNICIPAL DE
ANCHIETA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ADISON QUINTEIRO

Relator da Comissão de Legislação, Justiça e
Redação Final, Relator da Comissão de Direitos
Humanos e Minorias, Relator da Comissão de
Desenvolvimento Econômico e Relator da Comissão
de Ética

MONIKA LORENCETTI SAVIGNON

Procurador da Câmara Municipal de Anchieta

FABÍOLA S. COSTA

Gerente de Secretaria

LISTA DE PRESENÇA

REUNIÃO DAS COMISSÕES - 10/12/2025

CÂMARA MUNICIPAL, MEPES E SECRETARIA DE SAÚDE

Bianca da S. Simoni - Diretora Adm. HPH - Meper

Darci Schaefer - Presidente do MEPES

Patricia Yngstad - Gu. financeira HPH - Meper

Jander Carrap. - SEMUS

Candida Paulin Costa - SEMUS

JOÃO ORLANDO DA SILVA GOMES VEREADOR

JOÃO M. (Júlio) (VEREADOR)

PLEXAVORE PIJAD. (VEREADOR VANDIMHO)

BRUNO J. MEZADHY. (VEREADOR)

SILVIO GOMES (VEREADOR)

Monika Lail Lorneth Savignon

Leonaldo Soares

Thaigia Bissa Murguete